

Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia e a herança de dor legada aos familiares de desaparecidos políticos

Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia and the legacy of pain bequeathed to the families of politically disappeared

Janaína Buchweitz e Silva
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
janaesilva@yahoo.com.br
<http://orcid.org/0000-0002-9911-2840>

RESUMO

A Ditadura Militar brasileira deixou marcas para o conjunto da sociedade. No entanto, atingiu de maneira bastante peculiar os familiares de desaparecidos políticos. Nesse sentido, o presente estudo desenvolve reflexões sobre a representação da Guerrilha do Araguaia pela via da ficção partindo do testemunho de uma familiar de desaparecido político. Foi utilizado como *corpus* de análise a obra *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia*, publicado em 2012 pela escritora Liniane Haag Brum. Essa escolha se deve pela minuciosa descrição da herança de dor legada aos familiares de desaparecidos políticos que emana das páginas da obra. A protagonista da narrativa testemunha a busca por informações sobre o destino do tio, um militante da Guerrilha do Araguaia que desapareceu e cujo corpo jamais foi encontrado. A análise demonstra que a herança de dor dos familiares de desaparecidos políticos é pautada em uma estrutura de memória de caráter coletivo mas também bastante pessoal, posto que os traumas vividos por Cilon Brum durante o regime militar brasileiro foram transmitidos a ela de maneira profunda e afetiva, a ponto de Liniane Brum ter sido indiretamente moldada pelas experiências traumáticas do tio, o que é testemunhado nas páginas de *Antes do passado*.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea; Ditadura Militar; Guerrilha do Araguaia; Desaparecidos políticos.

ABSTRACT

The Brazilian Military dictatorship left its mark on society as a whole, however it affected the relatives of politically disappeared people in a very peculiar way. In this sense, the present study develops reflections on the representation of the Araguaia War through fiction, starting from the testimony of a relative of a political disappeared. It was used as a corpus of analysis the work *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia*, published in 2012 by Liniane Haag Brum. This choice is due to the meticulous description of the legacy of pain bequeathed to the relatives of political disappeared that emanates from the pages of the work. The protagonist of the narrative witnesses the search for information about the fate of her uncle, a militant from the Araguaia War who disappeared and whose body was never found. The analysis demonstrates that the legacy of pain of relatives of politically disappeared people is based on a memory structure of a collective nature but also very personal, since the traumas

experienced by Cilon Brum during the Brazilian military regime were transmitted to her in a deep and affective way, to the point that Liniane Brum was indirectly shaped by her uncle's traumatic experiences, which is witnessed in the pages of *Antes do passado*.

Keywords: Contemporary Brazilian Literature; Military Dictatorship; Araguaia War; Political disappeared.

INTRODUÇÃO

Passados mais de cinquenta anos dos episódios vivenciados durante a Guerrilha do Araguaia, no tempo presente ainda prevalece a impunidade pelas atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro. Enquanto nos países vizinhos, que também presenciaram o horror do regime ditatorial, foi vislumbrado um acerto de contas com o passado de exceção, a sociedade brasileira permanece com dificuldades em promover a pacificação com o pretérito pela falta de punição aos delitos cometidos e pelo ocultamento e desconhecimento sobre a veracidade dos fatos. Nesse sentido, a literatura produzida sobre o período contribui com a retomada do assunto na contemporaneidade, atuando como gesto de resistência ao apagamento que circunda a Ditadura Militar brasileira. Entretanto, em que pese a especificidade da condição de dor legada aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, são escassas as produções literárias que denunciam as agruras do regime de exceção partindo da perspectiva daqueles que herdaram diretamente as sequelas da violência perpetrada pelo Estado para com seus familiares e entes mais próximos. Dessa forma, a obra *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia* supre uma lacuna e contribui com a construção e a manutenção do dever de memória sobre a Ditadura Militar brasileira.

GUERRILHA DO ARAGUAIA: A EXCEÇÃO DENTRO DO REGIME DE EXCEÇÃO

O historiador Elio Gaspari (2014) entende a Guerrilha do Araguaia como um apogeu que teve pouco de específico, se comparado a outros episódios históricos e violentos ocorridos na mesma região, ou mesmo dentro do quadro de violência que abrangeu todo o período da Ditadura Militar brasileira:

A extravagância geográfica, somada ao sigilo da operação e ao silêncio em que o massacre do Araguaia foi envolvido por todos os governos seguintes, deixou a impressão de que este foi um episódio singular. Do ponto de vista histórico, os

massacres de Canudos e do Contestado ficaram por décadas em situação parecida. O primeiro, incorporado como enredo de uma obra-prima literária. O segundo, relegado a um desconhecimento às vezes atribuído à falta de um Euclides da Cunha. Cada um à sua maneira, esses episódios adquiriram aparência de excentricidade quando foram manifestações semelhantes do exercício selvagem da violência do Estado.

O massacre do Araguaia foi o apogeu de uma concepção política na qual se embutira o extermínio das militâncias esquerdistas. Teve pouco de específico. A violência militar contra os humildes moradores da região seguiu a tradição nacional. Sua singularidade esteve apenas na diretriz, executada a partir de outubro de 1973, do extermínio de todos os guerrilheiros (Gaspari, 2014, p. 472-473).

Contudo, para o pesquisador Roberto Vecchi (2014), o Araguaia possui uma força simbólica que o diferencia dos demais acontecimentos que ocorreram ao longo dos 21 anos de Ditadura Militar no Brasil, dado a uma série de indícios, omissões e apagamentos que contribuem para a “complexidade específica do contexto do Araguaia” (Vecchi, 2014, p. 134), de forma a ser colocado quase sempre como um hiato ou um parêntese dentro da cena histórica do regime militar brasileiro.¹

Passados mais de cinquenta anos da Guerrilha do Araguaia, foram identificados os restos mortais de somente dois guerrilheiros.² No decorrer dos dois anos de dizimação dos militantes, seus corpos foram ocultados, e as famílias dos desaparecidos políticos do regime buscam até hoje a reparação de seus direitos mais elementares, dentre eles o do exercício do luto. Conforme descreve Gaspari (2014), a desapareição forçada era prática comum exercida pelo exército brasileiro no combate à Guerrilha do Araguaia:

A ditadura fixara um padrão de conduta. Fazia prisioneiros, mas não entregava cadáveres. Jamais reconheceria que existissem. Quem morria, sumia. Esse comportamento não pode ser atribuído às dificuldades logísticas da região, pois a tropa operava de acordo com uma instrução escrita: “Os PG (prisioneiros de guerra) falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografia)” (Gaspari, 2014, p. 428-429).

A desapareição forçada, conforme argumenta Vecchi (2014), estaria relacionada ao campo do culto. No entendimento do pesquisador, a Guerrilha do Araguaia pode ser compreendida partindo do que ele denomina de subtextos dominantes, e que são divididos nos

¹ Em *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*, tanto as militantes que sobreviveram para narrar a Guerrilha do Araguaia, quanto aquelas que desapareceram na região são apresentadas em um capítulo à parte no volume, o que é recorrente em outras publicações que abordam o regime ditatorial brasileiro, reforçando o argumento desenvolvido por Vecchi sobre a singularidade que a Guerrilha do Araguaia apresenta dentro do contexto ditatorial que vigorou no Brasil.

² “Nenhum deles jamais voltou para casa. Apenas dois corpos foram identificados, mas nenhuma autoridade foi responsabilizada pelo massacre ocorrido no silêncio da mata.” (CORONEL, 2021, p. 44-45).

campos do culto, da barbárie e da citação. No campo do culto, destaca o deslocamento dos túmulos secretos dos guerrilheiros, visando o apagamento e evitando o culto da população aos restos mortais dos militantes. Vecchi destaca os casos em que houve decapitação de guerrilheiros e exaltação de corpos massacrados, sob o que denomina de campo da barbárie, salientando ainda o campo da citação, devido às conexões que as narrativas de massacre propiciam entre os diferentes eventos violentos já vivenciados naquela região. Partindo do conceito jurídico de restituição (*restitutio in integrum*), que aponta para o “restabelecimento da situação anterior à violação” (Vecchi, 2014, p. 138), o pesquisador defende a impossibilidade da restituição da memória dos desaparecidos, apontando, assim, para o irrestituível do Araguaia (Vecchi, 2014, p. 139), e afirmando que:

O Araguaia como texto, como narração impossível, ou interrupções conjugadas preenchendo ficticiamente um vácuo, um oco, põe o problema do texto da desapareição política. Não no sentido de uma relação direta entre a desapareição da história (Araguaia) e a escrita da desapareição do corpo do inimigo político. Mas porque o ocultamento decorre de uma matriz comum, não só de ordem histórica, mas especificamente conceitual, como produto de uma razão semiótica que impossibilita ou pelo menos mina a possibilidade da narrativa pelo apagamento, a destruição lucidamente construída do signo. Por isso, o Araguaia pode ser assumido como palimpsesto crítico para talvez viabilizar uma leitura de textos (de obras) da desapareição política engendrada pela mesma violência autoritária que produziu o Araguaia como “obra” (Vecchi, 2014, p. 141-142).

Portanto, Vecchi compreende o Araguaia enquanto palimpsesto não inteiramente apagado, e vê nos textos que referenciam a violência da Ditadura Militar no Araguaia “um esforço político de vocalização dos silêncios do passado, portanto da abertura de campo para outra poética de restituição” (Vecchi, 2014, p. 145-146), apontando essas narrativas como um ato obrigatório para a fundação de uma memória comunitária sobre a Guerrilha do Araguaia, que pode ser compreendida como uma exceção dentro do regime de exceção, dadas as peculiaridades que a caracterizam dentro do contexto da Ditadura Militar brasileira.

O GESTO DE RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA E AO TRAUMA: UMA LEITURA DE *ANTES DO PASSADO, O SILÊNCIO QUE VEM DO ARAGUAIA*

Liniane Haag Brum, autora de *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia*, cresceu ouvindo histórias desencontradas sobre o tio, que era também seu padrinho, com quem esteve uma única vez em toda a vida, no dia de seu batizado, em junho de 1971, ocasião em

que a família Brum teve contato pessoal com Cilon Brum pela última vez. Desde então, Cilon seguiu sua militância política e posteriormente foi lutar na região do Araguaia, local que presenciou um dos embates mais violentos do período ditatorial brasileiro: a Guerrilha do Araguaia. A guerrilha foi exterminada pelo regime e Cilon tornou-se mais um desaparecido político do período ditatorial brasileiro, conforme testemunha a autora em sua obra:

Em 1971, tio Cilon já estava semiclandestino. Mesmo assim, ao receber o convite para o batizado, respondeu: “Só espero o parto daí que eu parto daqui.” Era o parto de minha mãe e a partida dele de São Paulo para Porto Alegre, assim que eu nascesse (detalhe: nas cartinhas ele me chamava de Lininhozinho, achando que fosse um menino).

Foi depois de achar a carta que tive o sonho, uma espécie de vaticínio ao contrário. Vó Lóia, tive o mesmo sonho repetidas vezes – até que entendi que precisava empreender a busca de tio Cilon sem nenhum véu. Se ele havia partido arriscando-se a ser preso, se correu todo esse perigo só para me batizar, então chegara a hora de eu partir em busca dele (Brum, 2012, p. 37, grifos da autora).

A ideia inicial de Liniane era produzir um documentário, mas acabou tornando-se uma obra literária a que a própria autora denomina de conjunto de crônicas. Seu trabalho de pesquisa sobre a vida do tio teve início em 2003, mas quando foi contemplada com uma bolsa de criação literária no ano de 2010, decidiu transformar sua pesquisa em objeto literário:

Quando fiz a primeira viagem ao Araguaia, em 2009, com o objetivo de encontrar pessoas que pudessem falar sobre meu tio, surgiu a necessidade premente de escrever sua história. Como se não houvesse a possibilidade de seguir com minha vida sem antes passar a de tio Cilon a limpo (Brum, 2012, p. 12).

Assim, a história do tio é narrada em primeira pessoa, constituindo o universo ficcional de *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*, em que os escritos de si são hibridizados com a ficção. Dividida em quatro partes, além da apresentação e dos agradecimentos, a obra contém fotografias do arquivo pessoal bem como a árvore genealógica da família Brum; reproduções de cartas trocadas entre Cilon e seus familiares; cópias de reportagens de jornais e revistas do Rio Grande do Sul, Brasília, Santa Catarina e São Paulo; listas de desaparecidos políticos; a reprodução do convite de celebração da missa de 20º ano de desaparecimento do tio, publicado em jornal local; mapa e fotos da região do Araguaia; além da foto da sepultura que aguarda o corpo de Cilon Brum e de cartas de Liniane endereçadas à sua avó.

A primeira parte do livro é a maior, e ocupa mais da metade da obra. Nela, a autora reconstitui parte da história da família Brum que se formou na década de 40, no município de São Sepé, interior do Rio Grande do Sul. Da união dos avós Lino e Eloah nasceram oito filhos,

entre eles seu pai Lino e seu tio Cilon. A narradora menciona a ida de alguns familiares para a capital do estado, onde seguiram estudando e passaram a trabalhar, vivendo parte da juventude. É testemunhada a incerteza da família perante as atividades com que Cilon havia se envolvido, além das recorrentes buscas policiais em diferentes propriedades em busca de seu paradeiro. Resumindo, o primeiro capítulo reconstitui a trajetória de Cilon até o ingresso na Guerrilha, e o impacto que suas escolhas políticas legaram à sua família. Ao longo de toda a segunda parte da obra, Liniane narra sua primeira incursão à região do Araguaia, em um testemunho impregnado de ansiedades, confirmações e surpresas, posto que enfim conhece pessoalmente o local que povoou seu imaginário desde a infância. A terceira parte da obra aborda a segunda viagem de Liniane ao Araguaia, quando se desloca especificamente para conhecer Maria da Paz, moradora da região do Araguaia que conheceu e conviveu com Cilon, e que de certa forma presta informações que contribuem para que a sobrinha consiga dar um ponto final à sua busca, e, conseqüentemente, à sua narrativa. A quarta e última parte da obra opera como uma espécie de fechamento do texto. Nela, a autora destaca alguns moradores do Araguaia que contribuíram para a reconstrução da história do tio e que a tocaram de alguma forma, talvez com o intuito de demonstrar a relevância de todo o processo que envolveu sua busca. No bonito capítulo intitulado “Celebrar”, é narrado o encontro de Maria da Paz com seu pai Lino Brum, ocorrido em março de 2011, encerrando a obra com a última carta endereçada à avó.

Alicerçada pela história de vida do tio, em diversas partes do testemunho de Liniane, a incerteza característica da situação de desaparecido político é frequentemente mencionada, demonstrando a angústia da família perante o total desconhecimento sobre a situação em que se encontrava Cilon. Conforme ela própria enuncia, cresceu ouvindo histórias mal contadas sobre o tio, já que ninguém sabia exatamente seu paradeiro ou o que havia lhe sucedido. Ao mesmo tempo em que estava sempre presente através da saudade e da memória, o silêncio sobre o militante era o que predominava perante a família: “Muitos anos se passaram sem que ficasse claro o que acontecia com o tio. Sem que fosse possível sequer mencionar seu nome.” (Brum, 2012, p. 22). Ao longo da incessante busca, a família se deparou com uma série de histórias inventadas a respeito de Cilon, já que o desconhecimento sobre a situação que caracteriza o desaparecimento tornou-se causador de boatos e invenções. Informações desencontradas sobre o paradeiro e a situação física de Cilon foram constantes para a família, que demorou certo tempo para perceber que o militante vivia na clandestinidade, e após um longo período constatou que o familiar havia se tornado um desaparecido político:

Cresci ouvindo que meu tio e padrinho, Cilon Cunha Brum, foi visto pela última vez no dia em que me batizou, no ano de 1971, em Porto Alegre. Depois, desapareceu sem deixar vestígios. Diziam que sumira numa tal de Guerrilha do Araguaia. Eu era uma criança quando comecei a absorver essa história, sussurrada e captada em meio a um clima de medo e insegurança.

Desde que consigo lembrar de minha própria vida, tenho memórias do meu padrinho. Sua figura ao mesmo tempo diáfana e constante habitou todos os meus espaços da infância, adolescência e juventude vividas no Rio Grande do Sul.

Muito tempo passou até que se soubesse que ele era um desaparecido político, duas décadas e meia transcorreram até que ficasse claro que ele jamais iria voltar - que havia sido morto. Foram necessários 32 anos para que eu decidisse enfrentar o estigma do medo e do segredo: forças paralisantes, tão abstratas quanto profundas, cujas raízes só a maturidade e a cristalização (parcial) da recente história do Brasil me permitiram compreender (Brum, 2012, p. 11).

Como se pode observar no trecho acima, para o familiar de desaparecido político muito tempo se faz necessário para que ocorra a constatação da condição de desaparecimento. Estudiosa dessa condição, Catela (2001) argumenta que a especificidade da condição de desaparecido rege um sistema específico de práticas e crenças:

Entre a experiência do sequestro de um ser próximo e a resposta consciente que o define como desaparecido existe um tempo de formação ou de revelação desta categoria. Tanto a relação específica do familiar com a vivência do sequestro quanto este tempo fazem da categoria desaparecido uma noção diferenciada, polissêmica, que passa lentamente a conjugar um sistema de práticas e crenças (Catela, 2001, p. 139-140).

Segundo Catela, no caso dos desaparecidos políticos se percebe uma falta de compaixão coletiva, já que a morte é objetivada a partir da relação que se estabelece com os outros, que são aqueles que se solidarizam com a dor, e no caso dos desaparecimentos, os outros são percebidos associados ao silêncio, à ignorância ou à negação da situação. De fato, a não existência de um momento único de dor, a falta de obrigações morais sobre o morto e o desconhecimento sobre as formas da morte fazem com que a categoria do desaparecido adquira uma tripla condição de falta: de um corpo, de um momento de luto e de uma sepultura. Sobre a importância da recuperação do corpo, a estudiosa menciona que:

A recuperação do corpo é posta no plano das “certezas”, num nível em que, paradoxalmente, se fala mais da vida do que da morte, mais dos planos para o futuro do que do passado. Ela é situada como o início de uma nova etapa, de elementos que contribuem para “curar”, para poder estabelecer limites. A importância de recuperar o corpo resume a possibilidade de um acontecimento, de um ritual em companhia dos que se solidarizam com sua dor. O desaparecimento se transformaria em morte e, assim, ela seria domesticada, seria sintetizada com a ideia de um limite ou de um ponto. Pensa-se na recuperação de um cadáver e em lhe dar uma sepultura ou em queimar seus ossos e espalhar suas cinzas como sinal de liberdade. O que os rituais permitiriam, além do fato de aceitar a morte, seria dominar a sensação de que estes

corpos estejam jogados ao acaso, confundidos entre muitos outros. Para além da necessidade de recuperar os corpos, trata-se de uma intensa procura para resgatar a história desse indivíduo (Catela, 2001, p. 156).

Isso posto, o caso de Liniane, bem como dos familiares de desaparecidos, é mais complexo, na medida em que é baseado na imprecisão do luto, já que ocorre uma perda marcada pelo desconhecimento, baseada em uma situação de incerteza em que se desconhecem informações sobre o estado de vida ou de morte de um ente querido, o que acaba por tornar mais complexa ainda a diferenciação entre melancolia e luto.

Em *Antes do passado*, a autora coloca a perspectiva do familiar de desaparecido político, posto que menciona diversas vezes o vazio ocasionado na vida de seu pai, que nunca soube lidar com o desaparecimento do irmão, sendo que à época a família sequer compreendia a dimensão do que estava sendo empreendido enquanto movimento de resistência ao regime, e só posteriormente percebeu que Cilon era um militante de esquerda que se tornou desaparecido político. Também através da figura da avó, dona Lóia, podemos tentar entender um pouco do que foi a dor das mães dos desaparecidos políticos, que viveram, envelheceram e morreram sem saber informações sobre os filhos, sem saber sequer se ainda estariam vivos.

Conforme vai empreendendo o projeto de busca de informações sobre o tio, Liniane vai prestando esclarecimentos à avó através de cartas, porém, ainda no início da obra, informa que a avó faleceu nos anos 80, rogando informações às autoridades sobre o paradeiro do filho, o que também enfatiza o tom ficcional de um texto que se apresenta, desde o início, partindo de um viés fortemente testemunhal. Em artigo publicado em 2020, a autora menciona brevemente a presença das cartas endereçadas à avó, e que são distribuídas ao longo da obra:

Por exemplo, as cartas que envio à minha avó paterna, dando conta do percurso do Cilon, são totalmente ficcionais, jamais foram enviadas a ela, que morreu em 1989. Ao mesmo tempo, elas são verdadeiras, já que materializam tudo o que gostaria de ter lhe contado, caso ainda fosse viva (Brum, 2020, p. 213).

No decorrer da narrativa, são reproduzidas dez cartas da neta endereçadas à sua vó Lóia, datadas entre os anos de 2005 e 2010, período em que a autora empreendeu a busca pelo seu tio, estando duas vezes na região do Araguaia, e em outras partes do Brasil, em regiões pelas quais sabia-se ou supunha-se que Cilon havia passado, com o intuito de conseguir maiores informações sobre o caminho trilhado pelo tio. As cartas são intercaladas com os capítulos do livro, e, de maneira geral, repetem as informações recém narradas nas passagens imediatamente anteriores, porém, em um tom mais intimista e destinado à avó. Em capítulo intitulado “Rogar”, Liniane reproduz uma carta datilografada de sua avó, datada em julho de 1981. Nela, dona Eloá

clama às autoridades por informações sobre o destino do filho, ressaltando que há dez anos não recebe nenhuma informação sobre ele. A seguir, um trecho da carta de Eloa Cunha Brum, mãe de Cilon, que foi reproduzido em *Antes do passado*:

Rogo, pois, em última instância, que se forneça informações precisas que possa matar a aflição que vivo há dez anos, o que para uma mãe representa uma eternidade. Hoje com 70 anos de idade e doente (semi-paralítica) gostaria de saber notícias concretas de meu filho, mesmo que esteja morto. Só desta forma o sofrimento de meus últimos dias de vida seria amenizado (Brum, 2012, p. 51).

À época da Ditadura Militar brasileira, muitos familiares viveram e morreram sem saber o destino de seus entes queridos. Em muitos casos, como no descrito em *Antes do passado*, foram décadas de espera por uma informação que não chegou, uma pessoa que nunca voltou. A voz que narra descreve a dor de uma mãe que teve o filho sequestrado pelo regime, e do qual nunca mais obteve notícias nem contatos:

Minha avó não domava mais as sílabas, soprava-as fracas, por vezes inaudíveis, quase murmúrios. Dizia com o corpo e com os olhos as palavras que a mão, paralisada, não podia escrever.

Sua cadeira amarela na porta da casa – o corpo ali encaixado, a bengala ao lado. A mãe de Cilon, minha avó Lóia, com a atenção sempre na rua: uma imagem que falava e todo mundo sabia o que queria dizer (Brum, 2012, p. 53).

Além de vó Lóia, também o pai de Liniane recebe destaque dentro da narrativa, já que Lino Brum nunca desistiu de obter informações sobre o paradeiro de seu irmão, e entre todos os irmãos foi o que mais se envolveu na busca de informações sobre Cilon, sendo, nas palavras da narradora, aquele quem “reproduz as velhas histórias renovadas pelas reticências do tempo presente” (Brum, 2012, p. 47), conforme enfatiza no capítulo intitulado “Rito da palavra”, em que ressalta também a desolação vivida por seu avô, o pai de Cilon:

Nunca pensou que meu batizado seria a última vez que veria tio Cilon, nem que ele se tornaria desaparecido político. Ao meu pai calhou a missão de porta-voz de notícias incompletas, reveladas à meia-voz, à luz bruxuleante do abajur ou no meio do mandiocal atrás de casa.

Depois de anos sem mencionar o nome do filho caçula, vó Lino puxou meu pai pelo braço, lá para o lado da plantação: “Alguma notícia dele?” “Não, nada”, respondeu de cabeça baixa, esquivando-se de fitar os olhos do pai, evitando decepcionar por não poder dar as tão esperadas notícias. “Você não está mentindo?” “Não, não estou mentindo”, ele disse com os olhos fixos no pai. Vó Lino nunca mais voltou ao assunto. Jamais disse “Cilon” enquanto esteve vivo. Levou para o túmulo seu silêncio. E um segredo: a carta que recebeu do filho. (Brum, 2012, p. 49).

Ressaltando a luta de familiares de desaparecidos políticos, Janaína Teles (2010) pontua que eles se assumem como os herdeiros da dor, atuando como protagonistas na construção da democracia e no combate ao esquecimento, de forma a redimensionar o presente: “Como sobreviventes de um tempo difícil de rememorar, ao colecionarem os fragmentos que fazem lembrar os seus, assumem-se como os herdeiros da dor.” (Teles, 2010, p. 298). Ainda sobre a herança legada aos familiares de desaparecidos políticos, menciona que:

Apesar de protagonistas dessa luta, os familiares não se tornaram a voz hegemônica das narrativas e memórias do período da ditadura. Conhecemos cinco ou seis livros de testemunhos feitos por familiares e apenas um romance. Em cerca de 30 anos surgiram alguns documentários e dois longa-metragens que retratam sua luta, *Pra Frente Brasil* e *Zuzu Angel*. Mas, ao insistirem em depositar flores em praça pública, muitos dos familiares tornaram-se conscientes de que a sua luta surge da necessidade de distinguir-se dos que morreram, de distinguir passado e presente para poder estabelecer uma ruptura com o passado de ditadura. [...]

Como sobreviventes de um tempo difícil de rememorar, assumem-se como herdeiros da dor, mas sabem possuir o privilégio do *herdeiro*, aquele que pode compartilhar e, de algum modo, transmitir, transportar a experiência do passado. [...]

Essa herança carrega algo de obrigação, mas não precisa assumir a dimensão de um *dever* de falar do passado. Trata-se mais de encontrar no passado o que se pode constituir em um horizonte a partir do qual se insere um *dever*, a construção de uma nova história (Teles, 2012, p. 118, grifos da autora).

Em síntese, *Antes do passado* preenche uma lacuna, por abordar em detalhes as marcas que a desapareição forçada de Cilon Brum deixou em diversos membros da família. Já em 1995, Liniane e sua familiar Édila (prima de Cilon) participavam de reuniões de familiares de mortos e desaparecidos políticos, conforme é narrado em *Antes do passado*. Édila também participou de uma incursão à região do Araguaia com um grupo de familiares de mortos e desaparecidos políticos, ocorrida em 1980 e mencionada pela autora no capítulo “Encruzilhada”. São situações que exemplificam as diversas formas de organização que os familiares empreenderam na busca de informações sobre seus entes queridos, brutalmente sequestrados pelo Estado brasileiro. Contudo, *Antes do passado* alcança relevância política, estética e histórica ao reconstituir de forma tão peculiar o sofrimento vivenciado pela família Brum, e suas páginas revelam ao público leitor uma realidade que aponta para uma categoria específica – a de familiar de desaparecido político –, sendo que muitos deles assumem, conforme argumentam da Silva e Dara (2015), a tarefa diária de luta por memória, justiça, verdade e reparação:

Nossas experiências de resistência e de luta, nossa missão cotidiana acabam se desdobrando em no mínimo duas vertentes: em primeiro lugar, *a necessidade imediata e premente*, confrontada dia após dia, de garantir – com os precários meios que temos à disposição de forma autônoma – a efetivação do direito à memória, à verdade, à justiça e a reparação plena para todas as vítimas (incluindo familiares) da violência do Estado brasileiro. Não há como escapar dos enormes desafios cotidianos

que a devastação gerada pela morte de um familiar ou um amigo impõe sobre nossas vidas e de nossos companheiros. Por isso há de se ter ouvidos bem atentos (e muito respeito!) ao abordar a questão dessa luta por reparação, pois a devastação física, psíquica, moral e material a que somos acometidos todos os dias não é trivial, muito pelo contrário. É o mínimo que deveriam nos assegurar, e que nós fazemos questão de *arrancar como direito à (re)existência* (da Silva; Dara, 2015, p. 87, grifos dos autores).

As marcas do passado são colecionadas por Liniane, bem como por seus familiares, e a divulgação de parte das memórias da família Brum contribui com o combate ao silenciamento que circunda a até hoje misteriosa Guerrilha do Araguaia. A retirada do direito à vida perpetrada pelo Estado brasileiro a um membro da família Brum, bem como a dezenas de outras famílias que perderam seus entes queridos durante a Ditadura Militar brasileira, deve ser denunciada, simbolizada e formulada enquanto direito à memória, à verdade e à justiça. Conforme argumenta Coronel (2021), em *Antes do passado* vemos uma escrita que atua como forma de reparação:

Trata-se do desafio de narrar o oco de sentido deixado por uma ausência envolta em névoa. A escrita sobre a história mutilada adquire, assim, um caráter intrinsecamente reparador: trata-se de preencher com palavras o vácuo instaurado pelo desaparecimento forçado de uma pessoa (Coronel, 2021, p. 45).

De fato, as ações de Liniane buscam uma reparação pessoal, mas apontam também para uma coletividade, dada a já mencionada especificidade que acompanha a condição do desaparecido político, bem como de seus familiares. Em certo sentido, Liniane tece uma narrativa que opera como tentativa de recolhimento dos restos deixados pelas experiências vividas pelo tio, aos moldes do que postula Gagnebin (2018):

Ao juntar os rastros/restos que sobram da vida e da história oficial, poetas, artistas e mesmo historiadores, na visão de Benjamin, não efetuam somente um ritual de protesto. Também cumprem a tarefa silenciosa, anônima mas imprescindível, do narrador autêntico e, mesmo hoje, ainda possível: a tarefa, o trabalho de *apotakatastasis*, essa reunião paciente e completa de todas as almas no Paraíso, mesmo da mais humildes e rejeitadas, segundo a doutrina teológica (julgada herética pela igreja) de Orígenes, citado em mais de uma passagem por Benjamin. Hoje não existe mais nenhuma certeza de salvação, ainda menos de paraíso. No entanto, podemos – e talvez mesmo devamos – continuar a decifrar os rastros e a recolher os restos (Gagnebin, 2018, p. 118).

A trajetória empreendida por Liniane para reconstituir parte da vida do tio pode ser lida como uma viagem rumo ao desconhecido, em que pegadas, rastros e restos foram sendo colecionados e desnudados, compondo uma jornada permeada de surpresas, alegrias,

decepções, tristezas e confirmações. No decorrer da narrativa de Liniane, em diversas passagens fica evidente sua decepção com a expectativa que criava cada vez que buscava informações sobre o tio: “Xambioá não era o que eu havia desenhado mentalmente. Talvez porque tenha baseado meu imaginário nas fotografias da década de 70.” (Brum, 2012, p. 159). Conforme argumenta Sarlo (2007),

Reconstituir o passado de um sujeito ou reconstituir o próprio passado, através de testemunhos de forte inflexão autobiográfica, implica que o sujeito que narra (*porque narra*) se aproxime de uma verdade que, até o próprio momento da narração, ele não conhecia totalmente ou só conhecia em fragmentos escamoteados (Sarlo, 2007, p. 56, grifos da autora).

Liniane buscou decifrar os rastros, ouvir os testemunhos, crendo e duvidando de pessoas na maioria das vezes desconhecidas, na esperança de chegar a uma versão da história do tio que se aproximasse do que de fato ocorreu, que a aproximasse do tio, e em certo sentido a aproximasse dela mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia resgata o importante episódio histórico que foi a Guerrilha do Araguaia. Também baseada na experiência referencial, a obra literária apresenta de maneira bastante minuciosa as sequelas deixadas pelo regime ditatorial brasileiro aos familiares de desaparecidos políticos, tematizando a Guerrilha do Araguaia, a qual denominamos exceção dentro do regime de exceção, dadas as peculiaridades que a caracterizam dentro do contexto ditatorial brasileiro.

Voltada para o tema do desaparecimento, que é recorrente em considerável quantidade de obras, questões como a desapareição forçada e suas consequências serão bastante evidenciadas no decorrer da narrativa, de caráter assumidamente melancólico. Consequentemente, a sequela de décadas para uma família que vive até o tempo presente a impossibilidade de um luto completo, devido à ausência de um corpo, é desdobrada em conjunto com todo o trauma legado, que se desenvolve partindo de um contexto marcado por desaparecimentos de corpos, violações de sepulturas e mutilações.

Antes do passado aproxima o leitor das experiências de um herdeiro do regime ditatorial brasileiro: Liniane Brum herdou todas as sequelas possíveis de um regime ditatorial - as memórias, as histórias e os traumas -, a ponto de constatar que só daria sentido à sua vida após

elucidar minimamente o que de fato havia acontecido com o tio durante a Ditadura Militar brasileira, um período que ela não viveu, mas herdou.

REFERÊNCIAS

BRUM, Liniane Haag. *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CORONEL, Luciana. *Antes do passado*, de Liniane Haag Brum: o tempo da memória em que a palavra germina o futuro. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Vozes da resistência: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI*. Porto Alegre: Polifonia, 2021.

DA SILVA, Débora Maria; DARA, Danilo. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In: KUCINSKI, Bernardo. [et al.] *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. 2ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora 34, 2018.

GOMES, Gínia Maria (org.). *Vozes da resistência: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI*. Porto Alegre: Polifonia, 2021.

KUCINSKI, Bernardo. [et al.] *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MERLINO, Tatiana. *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VECCHI, Roberto. O passado subtraído da desapareção forçada: Araguaia como palimpsesto. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. N.43, p. 133-149, jan./jun. 2014. Acesso em 01 set. 2022.

Recebido em: 02/10/2023

Aceito em: 30/09/2024

Janaína Buchweitz e Silva : Graduada em Letras - Habilitação em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola pela Universidade Federal de Pelotas (2002). Especialista em Língua Espanhola (UCPel - 2004), Especialista em Educação (UFPel - 2009), e Especialista em Educação para a Diversidade (UFRGS - 2014). Mestra em Letras - Área de Literatura Comparada (UFPel - 2017). Graduada em Letras- Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela ULBRA Canoas (2019). Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (2023). Áreas de interesse: escritas de si, autoficção, autobiografia, testemunho, literatura brasileira contemporânea, literatura e ditadura, literatura de autoria feminina.